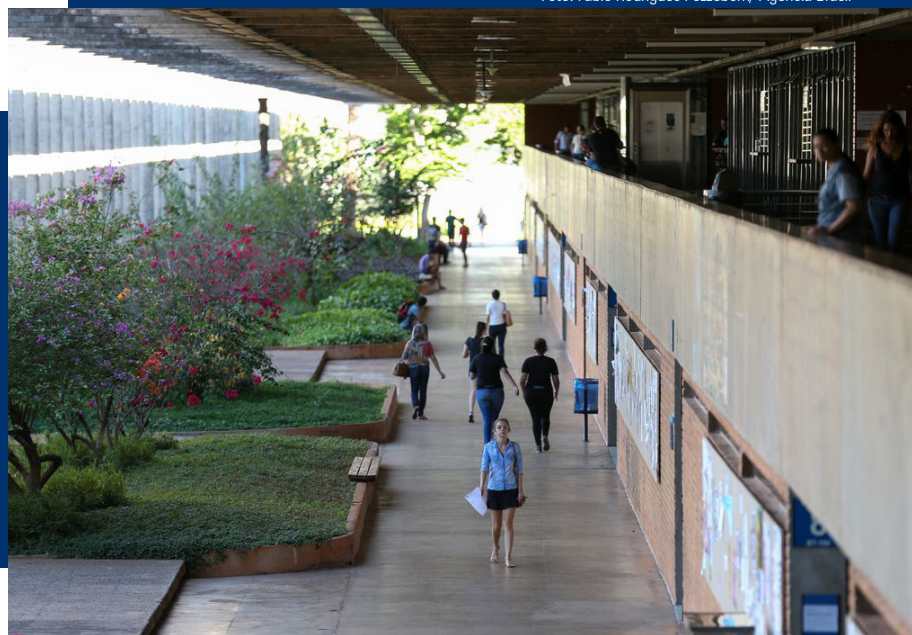




O alto preço da redução das políticas de financiamento estudantil



A educação superior na rede privada vem sofrendo com os reflexos da crise econômica e o empobrecimento da população. “Enquanto a camada média da sociedade faz de tudo para manter os filhos durante a educação básica no setor privado para, após, buscar uma vaga na universidade pública, no ensino superior a situação se inverte. A maioria dos estudantes com menos posses é que ingressa no setor privado. São eles próprios que pagam suas anuidades”, observa o diretor do Sinpro/RS Marcos Fuhr.

Porém, devido às dificuldades econômicas, muitos estudantes se desempregaram, estão em subempregos ou, se são servidores públicos, sem reajuste salarial há vários anos. O resultado é o alto índice de suspensão, trancamento ou matrícula em poucas cadeiras.

Acrescido a isso, o governo federal praticamente acabou com as políticas públicas para financiamento estudantil. “Não temos uma política de financiamento. Havia o Fies (*Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Privado, programa do Ministério da Educação*) que praticamente inexistente hoje”, diz o reitor da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Evaldo Kuiava, presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung). “Muitos tiveram acesso a ele no passado, mas a gestão da política fracassou.”

O presidente do Sindicato do Ensino Privado (Sinepe), Bruno Eizerik, também diz que há, sem dúvida, um declínio em relação a políticas públicas para financiamento no país. “Um programa como o Fies, que tem que ser um investimento no futuro, passou a ser visto como um programa financeiro.”

A diminuição de alunos neste segmento chega a assustar. “Nos últimos seis anos, houve uma redução de 50% no número de estudantes nas instituições comunitárias no país”, informa o presidente do Sindicato das Mantenedoras de Instituições Comunitárias de Educação Superior (Sindiman/RS), Oto Moerschbaecher.

Também, há queda no número de alunos nas universidades privadas, informa Eizerik, do Sinepe. Segundo ele, essa queda só não é mais acentuada em função do crescimento do EAD (ensino a distância).

Kuiava enfatiza que, sem financiamento, não tem como fazer educação com qualidade. Ele critica o que chama de “comoditização” do processo de educar: “A educação no ensino superior é uma política muito mais ampla, não é como negociar grãos, soja”.

Pelo Sindiman, Oto destaca que o Fies enfraqueceu e não atende às necessidades de estudantes e instituições. “Os valores recebidos são menores que a integralidade das mensalidades. Por exemplo, de cada R\$ 100,00, são recebidos R\$ 75,00.” E comenta que muitos tomadores do benefício não estão tendo como honrar com os compromissos.

Ele aponta, ainda, que o índice de inadimplência nas instituições comunitárias, nos vários tipos de financiamento, chega a 25% em todo o Brasil. Muitas instituições possuem financiamentos próprios, parecidos com o Fies, assim como existem financiamentos bancários. “Porém, a questão hoje não é financiamento, mas o seu custo e como pagar”, ressalta Oto.



Propostas para os governos federal e estadual



Para enfrentar a situação, várias propostas estão sendo encaminhadas tanto ao governo federal quanto ao estadual. O Comung, junto com outras entidades, promoveu um estudo sobre o que existe de financiamento e o apresentou ao Ministério da Educação em novembro.

“Também apresentamos, como proposta, a compra de vagas nas instituições comunitárias: 50 mil vagas para bacharelados, 30 mil vagas para licenciaturas e 20 mil vagas para tecnólogos. Isso poderia ser absorvido, seria compra de vagas, não financiamento”, informa Kuiava.

Outro estudo foi apresentado ao governo estadual, tomando por base uma lei de Santa Catarina que, só neste ano, repassou R\$ 460 milhões para universidades: 90% para as comunitárias e 10% para as particulares.

“Identificamos que há um artigo da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul que destina 0,5% da receita líquida de impostos em instituições comunitárias”, relata Kuiava. Entretanto, em 2020 foi aplicado somente 0,29%, em 2019 e 2018, 0,31%. “Faltou o equivalente a R\$ 69 milhões, o que daria cerca de oito mil bolsas anuais só com este valor que está previsto e não foi investido.”

Nos últimos seis anos, houve uma redução de 50% no número de estudantes nas instituições comunitárias no país, segundo o Sindiman

A proposta, apoiada pelos Sinpros, já foi apresentada ao presidente da Assembleia Legislativa e à Comissão de Educação, e houve conversa com o governador. Nada foi empenhado no orçamento, mas o governador ficou de avaliar com sua equipe. “A expectativa é que seja viável remanejar recursos já no início do ano. É preciso avançar em relação a isso”, destaca o reitor Kuiava.

Para driblar a crise, ele informa que o segmento tem outras iniciativas, como dar descontos aos estudantes. Também, as universidades particulares têm buscado alternativas. “As instituições têm procurado reduzir custos, simplificar processos, sem nunca abrir mão da qualidade”, explica Bruno Eizerik. “Estão todas procurando se adaptar, buscando novos caminhos. As menores são as que mais têm sofrido.”

Já o presidente do Comung alerta para o risco de fechar todas as licenciaturas, que é onde mais se reflete a diminuição de estudantes. Para enfrentar o problema, outra proposta foi levada ao governo federal: a oferta de licenciatura em rede. Conforme ele, não se trata de apenas gerenciar recursos. “É questão de política. É o fazer, tomar decisão.”

O professor Marcos Fuhr, do Sinpro/RS, critica o sucateamento do Fies pelo governo federal e a falta de políticas públicas efetivas que garantam o acesso de estudantes à educação superior.

“Além de interromper um caminho de inclusão social, isso é uma ameaça real à qualidade da educação neste país. Os sindicatos de professores consideram que se faz necessário uma atuação mais vigorosa das entidades representativas das instituições do ensino superior junto ao governo federal, com vistas à reativação de uma política para o financiamento estudantil”, expõe Fuhr.





José Carlos Monteiro

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2001), licenciado em Filosofia e bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), professor da UCS há 36 anos, diretor do Sinpro/Caxias.

É imperativo que as mantenedoras comecem de imediato a considerar a qualidade de ensino como eixo de qualquer medida administrativa

Preservar o corpo docente é prezar a qualidade do ensino

O final do ano vem acompanhado da perspectiva de festas, férias e descanso. Na rede privada de ensino, porém, o fantasma das demissões, que tradicionalmente assombra os professores nesse período, se reveste de uma dramaticidade ainda mais contundente no cenário atual.

Seja pelo processo que já se tornou rotina, de demissões no encerramento do ano letivo, seja pelas alegadas reestruturações devido à pandemia – muitas vezes, laboratórios para a ampliação de lucros com a redução da folha de pagamento e precarização do trabalho, ou ainda como medida negociada na comercialização de títulos das instituições de ensino superior (IES) no mercado financeiro e a consequente necessidade de gerar dividendos a investidores. O volume de demissões sem justa causa nos últimos anos tem colocado as entidades representativas em alerta e exigido reação.

Desde a redução drástica de recursos do governo federal para o Financiamento Estudantil (Fies) em 2015 – um marco do processo de sucateamento do ensino superior –, até a realidade da crise econômica, com o aumento da inadimplência e da evasão, que servem agora como justificativa para o ato demissional, a questão é que a qualidade da educação e o bem-estar dos professores permanecem fora da conta.

Toda demissão é negativa, gera insegurança no corpo docente, afeta a qualidade de ensino e desestabiliza as comunidades acadêmicas. Ainda mais quando se trata de despedimentos que se assemelham a um “descarte”, com critérios pouco claros, descolados da análise de competência técnica e comunicados, muitas vezes, de forma desrespeitosa, ao revés das normas das Convenções Coletivas de Trabalho.

Enquanto no âmbito do cotidiano sindical as entidades prestam orientação e assistência aos professores e fiscalizam os processos rescisórios, na esfera mais ampla de relacionamento com as instituições e órgãos públicos reivindicam medidas para evitar e reduzir as demissões.

Considerando a premissa de que os professores são um patrimônio fundamental para a excelência do ensino, os sindicatos de professores do ensino privado e comunitário do RS se empenharam para manter empregos e salários nas negociações com os sindicatos patronais em 2020 e 2021, no contexto da pandemia.

Recentemente, professores reunidos no Seminário *O Cenário Econômico e Educacional Brasileiro e as Perspectivas da Educação Superior*, realizado em 23 de outubro pelo Sinpro/RS, Sinpro/Caxias e Sinpro/Noroeste, manifestaram a expectativa de preservação pelas IES dos seus respectivos quadros docentes, implementando preferencialmente a política de Plano de Demissão Voluntária (PDV) para os desligamentos que se fizerem necessários. As resoluções foram encaminhadas aos sindicatos que representam as instituições de ensino superior, Sinepe/RS e Sindiman.

Os despedimentos de docentes se somam ao desemprego estrutural que assola o país – 13,5 milhões de desempregados conforme o IBGE – e acentuam a crise da educação brasileira, reduzindo o campo de trabalho para mestres e doutores, com prejuízo para a ciência, a pesquisa e o ensino. É imperativo que as mantenedoras revejam a lógica de demissões e comecem de imediato a considerar a qualidade de ensino como eixo de qualquer medida administrativa.